



ESTADO DE SERGIPE.

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO

CONTRATO Nº 15/2021

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO / SE, E A EMPRESA ECOS CONSULTORIA, TREINAMENTO E CURSOS LTDA, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de Contrato, reuniram-se de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO, ESTADO DE SERGIPE, Pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ N. 32.727.927/0001-14, localizada na PRAÇA ANTÔNIO BARBOSA Nº 258, CENTRO, SÃO FRANCISCO / SE doravante denominada CONTRATANTE, representado neste ato pelo Senhor DÁRIO BATISTA SANTOS, Presidente da Câmara, CPF N.º 073.383.095-15, RG Nº 211.256 SSP/SE, residente no POVOADO NASCENÇA SN, BAIRRO ZONA RURAL, SÃO FRANCISCO / SE, e do outro lado a **Empresa ECOS CONSULTORIA, TREINAMENTO E CURSOS LTDA**, CNPJ N.º **34.466.378/0001-05**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com sede na Avenida Pedro Pães de Azevedo, nº 488, Bairro Salgado Filho, CEP: 49.020-450, Aracaju / SE, representado pela Sra. ISLANIA PEREIRA DE MOURA, inscrito na cédula de identidade nº 3.128.285-7, CPF nº 025.141.385-31, doravante denominada **CONTRATADA**, doravante denominada **CONTRATADA**, para o fim especial de celebrarem o presente instrumento, tendo em vista o que consta do processo de Inexigibilidade, com base no art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, ambos da lei federal nº 8.666/93, e nas cláusulas a seguir ajustadas:

DO LOCAL E DATA: Lavrado e assinado na sede da Câmara Municipal de São Francisco – SE, aos 20 de setembro de 2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO

- O presente Contrato foi elaborado por Inexigibilidade de licitação de acordo com o Art. 25, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e a Resoluções do TCE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO (art.55, Inciso I, da Lei nº 8.666/93)

O presente contrato de prestação de serviços, para fazer 02 (duas) inscrições, um Vereador e um Servidor participarem do Curso na área Pública, A CIDADANIA E O PLANEJAMENTO COM O LEGISLATIVO E O EXECUTIVO, que se realizará em Maceió – AL, a ser realizado no período de 24 a 27 de setembro de 2021, na cidade de Maceió/AL, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº 8.666/93, independentemente de suas transcrições.



ESTADO DE SERGIPE.

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (art.55, Inciso II, da Lei nº 8.666/93)

Os serviços serão executados de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de São Francisco / SE, visando a perfeita execução dos serviços objeto deste contrato, sob a forma de execução indireta mediante empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art.55, Inciso III, da Lei nº 8.666/93)

- 4.1. O valor da taxa de inscrição será de R\$ 700,00 (setecentos reais), por pessoa, perfazendo o presente contrato um valor total de R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais);
- 4.2. O valor constante nesta cláusula poderá ser reajustado, após 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, observada a variação do IPC-A para o período ou outro indicador que venha a substituí-lo, em conformidade com o prazo constante na cláusula quarta e mediante acordo formal entre as partes.
- 4.3. O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.
- 4.4. O pagamento será efetuado de acordo com a prestação de serviços, no valor correspondente, mediante apresentação dos seguintes documentos:
- Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) e liquidada(s);
 - Prova de regularidade junto às Fazendas Federal e INSS, Estadual e Municipal, FGTS e CNDT, válidas no prazo mínimo de 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal;
- 4.5. Os documentos de cobrança relacionados acima deverão ser apresentados no endereço da sede da Câmara Municipal de São Francisco / SE, dos quais após atestados pela autoridade competente e aprovados pelo Fiscal do Contrato, serão encaminhados ao Setor Financeiro para fins de liquidação da despesa e inclusão na lista classificatória de credores;
- 4.6. O pagamento das obrigações relativas ao presente contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º §2º, Inciso III, da Lei nº 4.320/1964, art. 5º e 7º, §2º, Inciso III, da Lei nº 8.666/93;
- 4.7. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no item 4.1., o IPC-A ou outro indicador que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA ((art.55, Inciso IV, da Lei nº 8.666/93)

Este contrato tem vigência a partir da data de sua assinatura pelo prazo de 30 (trinta) dias, sendo sua execução realizada no período de 24 a 27 de setembro de 2021 em Maceió/AL.

Parágrafo Único - O prazo contratual acima mencionado poderá ser, excepcionalmente, prorrogado na ocorrência das hipóteses previstas nos incisos do art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA (art.55, Inciso V, da Lei nº 8.666/93)

Às despesas previstas na Cláusula Segunda correrá por conta da seguinte dotação, constante no Orçamento para o corrente exercício financeiro a Unidade Orçamentária: Câmara Municipal, Elemento de Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, a despesa prevista na cláusula segunda correrá por conta de Recursos Próprios.



ESTADO DE SERGIPE.

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIRETO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art.55, Incisos VII e VIII, da Lei nº 8.666/93)

A CONTRATADA durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

7.1 – Pagamento dos salários, encargos sociais, taxas, fornecimento dos materiais necessários e demais despesas exigidas para a execução dos serviços, será de responsabilidade da **CONTRATADA**;

7.2 – **A CONTRATADA** deverá executar os serviços descritos no presente contrato e outros que, porventura, venham a se fazer necessário durante o decorrer do período;

7.3 – Manter, durante toda a execução do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no processo de inexigibilidade e proposta que deram origem ao contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas.

7.4 – Responsabilizar-se por todos e quaisquer incidentes que venham a serem seus empregados quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade, objeto deste contrato;

7.5 – Assumir todos os possíveis danos, tanto quanto materiais, causados ao contratante ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência imprudência ou desrespeito as normas de segurança quanto a prestação dos serviços do serviço ora contratado;

7.6 – Assumir todos e quaisquer ônus referentes a salário, horas extras, outros adicionais e demais encargos sociais, referentes aos seus empregados na realização do evento;

7.7 – Conceder prioridades aos serviços contratados, salvo por motivo superior, não podendo transferir a outrem pela execução dos serviços ora contratado, sem a prévia concordância da contratante;

7.8 – Prestar todos os esclarecimentos que forem necessários pela contratante, obrigando-se a atender, de imediato todas as reclamações a respeito da realização do evento;

7.9 – Executar diretamente este contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela contratante;

7.10 – Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se a atender, de imediato todas as reclamações a respeito da qualidade dos produtos entregues;

A CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato, comprometer-se á:

7.11 - Efetuar o pagamento na forma convencionada na Cláusula do presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades previstas;

7.12 – Comunicar a **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

7.13 - Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, bem como atestar nas notas fiscais e faturas, o efetivo fornecimento, por meio de representante especialmente designado, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93;

7.14 - Aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais;

7.15 - Permitir ao pessoal técnico da contratada, encarregado do serviço objeto deste Contrato, livre acesso para a execução dos serviços;

7.16 – Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas.

7.17 - Notificar a **CONTRATADA**, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do Contrato;

7.18 – Prestar aos funcionários da contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;



ESTADO DE SERGIPE.
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO

7.19 – Comunicar a contratada qualquer problema ou irregularidade constatada na execução do contrato, diligenciando, se necessária, providencia corretivas;

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS (art.55, Inciso VII da Lei nº 8.666/93)

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa:

- I. Advertência;
- II. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a dois anos;
- III. Declaração de inidoneidade para licitar e conveniar com a Administração Municipal;
- IV. Multa de 0,5% por dia até o máximo de 10% sobre o valor do contrato, em decorrência de atraso injustificado no serviço.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO (art. 55, Inciso VIII da Lei nº 8.666/93)

Independente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para a rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do art. 79, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (art.67, da Lei nº 8.666/93)

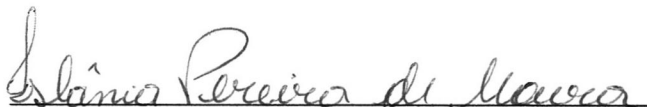
Na forma do que dispõe o art. 67 da Lei nº 8.666/93 ficará designado o servidor nomeado em portaria específica apensa a este instrumento contratual, para acompanhar e fiscalizar a execução deste presente contrato.

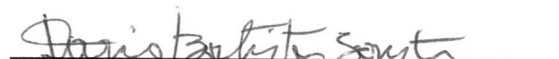
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

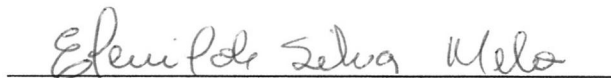
Fica eleito o foro do município de São Francisco / SE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na execução do presente Contrato.

E, assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para um único e só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, a fim de que possa surtir os efeitos legais.

São Francisco / SE, 20 de setembro de 2021.


ECOS CONSULTORIA, TREINAMENTO E CURSOS
LTDA
CONTRATADA


DÁRIO BATISTA SANTOS
Presidente da Câmara


Testemunha


Testemunha



ESTADO DE SERGIPE.

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO N.º 15/2021

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO, ESTADO DE SERGIPE, Pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ N. 32.727.927/0001-14, localizada na PRAÇA ANTÔNIO BARBOSA Nº 258, CENTRO, SÃO FRANCISCO / SE doravante denominada CONTRATANTE, representado neste ato pelo Senhor DÁRIO BATISTA SANTOS, Presidente da Câmara, firmou Contrato com a empresa ECOS CONSULTORIA, TREINAMENTO E CURSOS LTDA, no valor global de R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais), objetivando a prestação de serviços, para fazer 02 (duas) inscrições, um Vereador e um Servidor participarem do Curso na área Pública, A CIDADE E O PLANEJAMENTO COM O LEGISLATIVO E O EXECUTIVO, que se realizará em Maceió – AL, a ser realizado no período de 24 a 27 de setembro de 2021, na cidade de Maceió/AL, Unidade Orçamentária: Câmara Municipal, Elemento de Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Fonte de Recursos: Recursos do Tesouro – Ordinário, existindo no Orçamento vigente para o exercício vigente, cujo pagamento será efetuado mensalmente, após autorização do ordenador da despesa, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Câmara Municipal de São Francisco, 20 de setembro de 2021.


DÁRIO BATISTA SANTOS
Presidente da Câmara

CERTIDÃO

Certifico que este Edital acima foi afixado no Quadro de Aviso desta Câmara Municipal, para conhecimento geral, de acordo com o art. 13, inciso XII, Constituição Estadual.

São Francisco, 20 de setembro de 2021.


ANNY KAROLLINNY SANTOS NASCIMENTO
Controle Interno



ESTADO DE SERGIPE.
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO

EXTRATO DO CONTRATO

Nº 15/2021

- 01 - **PARTES SIGNATÁRIAS:**
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO / SE

CONTRATADA: ECOS CONSULTORIA, TREINAMENTO E CURSOS LTDA
- 02 - **OBJETO:**
Prestação de serviços, para fazer 02 (duas) inscrições, um Vereador e um Servidor participarem do Curso na área Pública, A CIDADE E O PLANEJAMENTO COM O LEGISLATIVO E O EXECUTIVO, que se realizará em Maceió – AL, a ser realizado no período de 24 a 27 de setembro de 2021, na cidade de Maceió/AL.
- 03 - **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:**
INEXIGIBILIDADE N.º 06/2021.
- 04 - **BASE LEGAL:**
Art. 25, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações e PARECER JURÍDICO N. 15/2021.
- 05 - **FORMA DE PAGAMENTO E VALOR:**
O Contrato global corresponde a R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais).
- 06 - **PRAZO DO CONTRATO**
Este contrato terá vigência a partir da assinatura do contrato e término do evento, podendo ser prorrogado por igual período.
- 07 - **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSO:**
Unidade Orçamentária: Câmara Municipal, Elemento de Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Fonte de Recurso: Recursos do Tesouro – Ordinários.
- Certifico que este extrato foi afixado no Mural desta Câmara Municipal, para o conhecimento geral, de acordo com o art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual.

São Francisco(SE), 20 de setembro de 2021.

DÁRIO BATISTA SANTOS
Presidente da Câmara



ESTADO DE SERGIPE.
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO

ORDEM DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº. 15/2021

OBJETIVO: Prestação de serviços, para fazer 02 (duas) inscrições, um Vereador e um Servidor participarem do Curso na área Pública, A CIDADE E O PLANEJAMENTO COM O LEGISLATIVO E O EXECUTIVO, que se realizará em Maceió – AL, a ser realizado no período de 24 a 27 de setembro de 2021, na cidade de Maceió/AL.

DATA DO CONTRATO: 20 de setembro de 2021.

EMPRESA CONTRATADA: ECOS CONSULTORIA, TREINAMENTO E CURSOS LTDA

Tendo em vista o Contrato de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO celebrado entre a Câmara Municipal de São Francisco / SE e a Empresa ECOS CONSULTORIA, TREINAMENTO E CURSOS LTDA, para serviços acima mencionados, fica Vossa Senhoria informada de que o prazo começará a vigorar a partir da assinatura do contrato e término do evento.

São Francisco, 20 de setembro de 2021.

DÁRIO BATISTA SANTOS
Presidente da Câmara



ESTADO DE SERGIPE.
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento as atribuições desta Comissão Permanente de Licitação e as disposições do art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, o Extrato de Contrato, decorrente da **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, celebrado entre esta Câmara Municipal de São Francisco / SE, e a empresa ECOS CONSULTORIA, TREINAMENTO E CURSOS LTDA, prestação de serviços, para fazer 02 (duas) inscrições, um Vereador e um Servidor participarem do Curso na área Pública, A CIDADE E O PLANEJAMENTO COM O LEGISLATIVO E O EXECUTIVO, que se realizará em Maceió – AL, a ser realizado no período de 24 a 27 de setembro de 2021, na cidade de Maceió/AL, foi afixado no quadro de aviso desta Câmara Municipal, para o conhecimento de todos.

O referido é verdade!

São Francisco, 20 de setembro de 2021.

Anny Karollinny Santos Nascimento
ANNY KAROLLINNY SANTOS NASCIMENTO
Presidente da Comissão de Licitação